

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.988 - SP (2019/0032666-7)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : JULIO CESAR DOS SANTOS PROENÇA
ADVOGADOS : ERICSON CRIVELLI - SP071334
SARA TAVARES QUENTAL - SP256006
EVELYN DOS SANTOS PINTOR - SP320817E
FERNANDA NICOLELLA LEMES - SP289730
AGRAVADO : FUNDACAO SAUDE ITAU
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
FERNANDO GONÇALVES PRATTI - RJ215440

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS PROENÇA contra decisão monocrática desta relatoria de fls. 390-393 (e-STJ), que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial apresentado, com fundamento na conformidade entre o acórdão recorrido e a jurisprudência desta Corte, sobre a inexistência de direito adquirido ao modelo de custeio do plano de saúde coletivo mantido pelo ex-empregado.

Nas razões recursais (e-STJ, fls. 398-400), a parte agravante defende o direito à manutenção do plano de saúde empresarial mediante o pagamento do mesmo custo cobrado dos funcionários ativos.

Impugnação apresentada às fls. 403-405 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

A questão de direito objeto do recurso especial – discussão sobre as condições assistenciais e de custeio asseguradas a ex-empregado para a manutenção de plano de saúde coletivo – foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015. Com efeito, as decisões de afetação dos REsp 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP delimitaram o Tema 1.034 nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E

Superior Tribunal de Justiça

CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

(ProAfR no REsp 1829862/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprido destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, em juízo de reconsideração, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator